

INST FED.DO PARA/CAMPUS CONCEIÇÃO ARAGUAIA

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158509-INST FED.DO PARA/CAMPUS CONCEIÇÃO ARAGUAIA	DENILSON FERREIRA GARCIA	29/04/2026 13:46 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23051.001825/2026-39

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

(158512)

OBJETO

Aquisição de equipamentos, utensílios de cozinha e material permanente para atendimento do refeitório do IFPA - Campus Conceição do Araguaia.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 744.960,79

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 08h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº23051.001825/2026-39)

Torna-se público que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, por meio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO designado pela Portaria nº 4.997/IFPA/CMI /DG, de 12 de setembro de 2024, publicada no DOU de 16 de setembro de 2024, seção 2, página 28, x, sediado Folha 22, Quadra Especial II, Lote Especial II, Nova Marabá, Marabá - PA, CEP nº 68505-100, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de equipamentos, utensílios de cozinha e material permanente para atendimento do refeitório do IFPA - Campus Conceição do Araguaia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

~~1.3. suprimido~~

~~1.4. suprimido~~

~~1.5. suprimido~~

~~1.6. suprimido~~

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

~~2.1. suprimido~~

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 a 65, exceto o item 16, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Os itens 16 e 66 serão de participação ampla, assegurado o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

~~3.9. suprimido~~

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

~~3.10.11. suprimido~~

~~3.10.12. suprimido~~

~~3.10.13. suprimido~~

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

~~4.2. suprimido~~

~~4.3. suprimido~~

~~4.4. suprimido~~

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de

títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

~~6.1.4. . suprimido.~~

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

~~6.2.1. suprimido.~~

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional*

~~6.8. . suprimido.~~

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. [A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das

medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~6.15. - suprimido.~~

~~6.16. Os - suprimido.~~

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**. [A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

~~7.12.3. suprimido.~~

~~7.12.4. suprimido.~~

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

~~7.13.1. suprimido.~~

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. suprimido.~~

~~7.20.1. suprimido.~~

~~7.20.2. suprimido.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

~~7.21.1. suprimido.~~

~~7.21.2. suprimido.~~

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.24.1. suprimido.~~

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. suprimido.~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.8. suprimido.~~

~~8.9. suprimido.~~

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

~~8.13. suprimido.~~

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

~~8.24. suprimido.~~

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A8]

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.**

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10. suprimido.~~

~~9.10.1. suprimido.~~

~~9.10.2. suprimido.~~

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 horas [DUAS HORAS]**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8. suprimido.~~

~~10.9. suprimido.~~

~~10.10. suprimido.~~

~~10.11. suprimido.~~

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~11.1. suprimido.~~

~~11.2. suprimido.~~

~~11.3. suprimido.~~

~~11.4. suprimido.~~

~~11.5. suprimido.~~

~~11.6. suprimido.~~

~~11.7. suprimido.~~

~~11.8. suprimido.~~

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

~~12.1. suprimido.~~

~~12.2. suprimido.~~

~~12.3. suprimido.~~

~~12.4. suprimido.~~

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ifpa.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: aquisicao.conceicao@ifpa.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro** /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://conceicaodoaraguaia.ifpa.edu.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;;

~~16.11.3. suprimido.~~

~~16.11.4. suprimido.~~

~~16.11.5. suprimido.~~

~~16.11.6. suprimido.~~

~~16.11.7. suprimido.~~

~~16.11.8. suprimido.~~

Marabá-PA, 09 de Abril de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Assinado digitalmente via SIPAC

EVERALDO AFONSO FERNANDES

Autoridade competente

INST FED.DO PARA/CAMPUS CONCEIÇÃO ARAGUAIA

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158509-INST FED.DO PARA/CAMPUS CONCEIÇÃO ARAGUAIA	DENILSON FERREIRA GARCIA	24/04/2026 08:34 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23051.001825/2026-39

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO




(Processo Administrativo nº 23051.001825/2026-39)




TERMO DE REFERÊNCIA




1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



1.1. Aquisição de de equipamentos, utensílios de cozinha e material permanente para atendimento do refeitório do IFPA - Campus Conceição do Araguaia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.




ITEM	Descrição	CATMAT	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colher, Material Corpo: Aço Inox, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Merenda Escolar, Características Adicionais: Colher De Sopa, Cor: Prateada	631651	1400	R\$ 21,4850	R\$ 30.079,00




					
2	<p>Colher, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Sobremesa, Características Adicionais: Personalizada Conforme Modelo, Comprimento: 15 CM</p> 	465661	1400	R\$ 20,75	R\$ 29.050,00
3	<p>Colher, Material Corpo: Alumínio Fundido Grosso, Material Cabo: Alumínio Fundido Grosso, Aplicação: Servir E Mexer Alimentos, Características Adicionais: Sem Emendas Ou Madeira, Comprimento: 60 CM</p> 	631603	10	R\$ 34,1650	R\$ 341,65
	<p>Colher, Material Corpo: Politetrafluoretileno, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Caldeira, Comprimento: 120 CM</p>				




4		474170	10	R\$ 94,9450	R\$ 949,45
5	<p>Garfo Mesa, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Características Adicionais: Liso E Polido, Comprimento: 20 CM</p> 	437873	1400	R\$ 7,05	R\$ 9.870,00
6	<p>Garfo Para Assado, Material Corpo: Aço Inoxidável, Comprimento: 50 CM, Características Adicionais: 3 Dentes</p> 	424325	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
	<p>Garfo Trinchante, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Quantidade Dentes: 2 UN, Comprimento: 30 CM</p>				

7		378239	10	R\$ 18,04	R\$ 180,40
8	<p>Faca Mesa, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tamanho: 18/10 POL, Características Adicionais: Liso, Polido, Comprimento 21,6 cm, Espessura 4mm</p> 	320289	1400	R\$ 26,15	R\$ 36.610,00
9	<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno Injetado, Comprimento Lâmina: 30,50 CM, Comprimento Cabo: 14,5 CM, Aplicação: Cortar Pão, Tipo: Fio Ondulado, Cor Cabo: Branca, Espessura: 2,00 MM</p> 	465743	10	R\$ 38,60	R\$ 386,00




10	<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno Injetado, Comprimento Lâmina: 18 CM, Largura Lâmina: 2,50 CM, Aplicação: Cortar Legumes E Verduras, Tipo: Fio Liso, Cor Cabo: Branca, Espessura: 1,40 MM</p> 	465736	10	R\$ 20,88	R\$ 208,80
11	<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno, Tamanho: Pequena / Média E Grande., Aplicação: Cortar Carne, Tipo: Cozinha, Apresentação: Jogo Com 08 Unidades</p> 	457779	4	R\$ 94,98	R\$ 379,92

12	<p>Concha, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Comprimento: 45 CM, Diâmetro: 20 CM</p> 	464875	10	R\$ 61,67	R\$ 616,70
13	<p>Pegador Alimento, Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 28 CM, Características Adicionais: Pegador De Salada</p> 	464896	10	R\$ 51,69	R\$ 516,90
14	<p>Pegador Alimento, Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 28 CM, Características Adicionais: Tipo Concha / Sem Emendas Ou Saliências, Aplicação: Servir Massas, Tamanho: 1,80 Mm</p> 	355383	10	R\$ 18,00	R\$ 180,00
	<p>Prancha Alimentos, Material: Vidro Temperado, Comprimento: 400 MM, Largura: 30 CM, Espessura: 5 MM, Características Adicionais: Com Alça, Aplicação: Corte De Alimentos Em Geral</p>				




15		466018	10	R\$ 52,00	R\$ 520,00
16	<p>Bandeja para refeição, Formato: retangular, Comprimento: 49,1 CM, Largura: 33,10 CM, Finalidade: Servir Líquidos E Alimentos, Material: Aço Inoxidável, Altura: 1,0 CM, Divisões: 6</p> 	624519	1400	R\$ 95,00	R\$ 133.000,00
17	<p>Caneca, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 250 ML, Características Adicionais: Com Alça</p> 	484770	1400	R\$ 26,99	R\$ 37.786,00
	<p>Tigela, Material: Aço Inoxidável, Características Adicionais: Conjunto 5 Pçs; 16cm, 18cm, 20cm, 24cm, 28cm, Uso: Copa/Cozinha</p>				




18		454226	3	R\$ 96,66	R\$ 289,98
19	<p>Prato, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Serviço De Nutrição, Características Adicionais: Fundo, Para Sopa, E 300 ML De Capacidade</p> 	261009	1400	R\$ 12,00	R\$ 16.800,00
20	<p>Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 300 KG, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Plataforma Em Chapa De Aço, Tecla Zero E Tara, Tipo: Plataforma, Sem Coluna , Número Dígitos: 6 , Dimensões: 80 X 80 CM, Sensibilidade: 100 G, Material: Aço</p> 	61785	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00



21	<p>Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 60 KG, Voltagem: Bateria Interna Recarregável, Adaptador 12 Vac- 220 V, Características Adicionais: De Bancada E Divisões De 10 Gramas , Tipo: Coluna Articulada , Número Dígitos: 6 , Tipo Painel: Display Lcd, Teclado Membrana Selada , Sensibilidade: Classe De Exatidão Iii , Freqüência: 50/60 HZ, Material: Aço Carbono</p> 	446942	2	R\$ 1.679,00	R\$ 3.358,00
22	<p>Fogão Industrial Material: Aço Inoxidável , Funcionamento: Gás , Tipo Acendimento: Manual , Tipo Uso: Cozinhar E Assar Alimentos , Características Adicionais: 3 Queimadores Duplos, 3 Queimadores Simples E 2 Fo , Quantidade Bocas: 6 U</p> 	620331	2	R\$ 4.430,00	R\$ 8.860,00
	<p>Forno Microondas Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 38 L, Potência: 1.000 WATT, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Com Prato Giratório E Função Grill</p>				




23		235196	3	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
24	<p>Freezer Tipo: Horizontal , Capacidade: 510 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Sistema Degelo: Manual , Cor: Branca , Temperatura Operação: (-16 À -20°) E (+1 À +7°) °C, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: Dreno Frontal Com Tampa E Rodízios</p> 	445210	3	R\$ 5.078,3150	R\$ 15.234,945
25	<p>Freezer Vertical Capacidade: 228 L, Voltagem: 220 V, Cor: Branca , Altura: 170 CM, Largura: 65 CM, Profundidade: 72 CM, Características Adicionais: Controle De Temperatura , Funções: Com Sistema De Degelo Do Tipo "Frost Free" , Tipo Porta: Reversível , Aplicação: Conservação De Alimentos , Quantidade De Portas: 1</p> 	608937	2	R\$ 5.498,00	R\$ 10.996,00



26	<p>Refrigerador Alimentos, Temperatura: 1° A + 7° °C, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: Revestimento Externo Em Aço Inox 430, Quantidade Portas: 4 UN, Capacidade: 1.044 L</p> 	483276	1	R\$ 8.995,35	R\$ 8.995,35
27	<p>Liquidificador Industrial, Material Copo: Aço Inoxidável</p> <p>Material Base: Aço Inox, Capacidade: 4 L</p> <p>Tensão Nominal: 127/220 V</p> 	620300	3	R\$ 1.074,27	R\$ 3.222,81
28	<p>Liquidificador Industrial, Material Copo: Aço Inoxidável</p> <p>Material Base: Aço Carbono, Capacidade: 25 L, Potência Motor: 1,5 CV, Tensão Nominal: 127/220 V</p> <p>Aplicação: Industrial, Material Hélice: Aço Inoxidável, Material Tampa: Alumínio</p>	631050	3	R\$ 1.780,00	R\$ 5.340,00



					
29	<p>Refresqueira, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Material Depósito: Policarbonato, Tipo: 2 Depósitos, Capacidade: 30 L, Tensão: 220 V, Potência: 278 W, Aplicação: Servir Bebidas Frias, Características Adicionais: Pingadeira Removível</p> 	434625	3	R\$ 2.470,00	R\$ 7.410,00
30	<p>Cafeteira Elétrica Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 10 L, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Com 2 Depósitos</p> 	423372	3	R\$ 2.295,00	R\$ 6.885,00
	<p>Descascador Industrial Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 6 KG, Produção Aproximada: 120 KG/H, Potência Motor: 0,25 CV, Tensão: 110/220</p>				



31		230187	2	R\$ 2.399,00	R\$ 4.798,00
32	<p>Fritadeira Material Estrutura: Aço Inoxidável Aisi 304 , Potência: 15 KW, Tensão Alimentação: 220 - Trifásico V, Temperatura: 200 ° C, Capacidade: 30 L, Características Adicionais: 02 Cestos Para Frituras E Grade Inferior Interna</p> 	451180	2	R\$ 3.890,00	R\$ 7.780,00
33	<p>Armário Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tipo: Alto , Quantidade Portas: 2 UN, Altura: 1625 MM, Largura: 820 MM, Profundidade: 550 MM, Quantidade Prateleiras: 04 , Espessura: 1 M</p> 	601382	2	R\$ 3.249,00	R\$ 6.498,00




34	<p>Estante Metálica, Material: Aço Inox Aisi 304, Altura: 1,80 CM, Largura: 1,00 CM, Profundidade: 50 CM, Tipo Prateleiras: Chapa Perfurada, Quantidade Prateleiras: 4 UN</p> 	613889	7	R\$ 2.220,00	R\$ 15.540,00
35	<p>Estante, Material: Aço Inoxidável Tipo Aisi 304, Altura: 1,75 M, Profundidade: 60 CM, Características Adicionais: Conforme Modelo, Largura: 60 CM, Quantidade Prateleiras: 6 UN</p> 	634364	4	R\$ 1.210,00	R\$ 4.840,00
36	<p>Estante Metálica, Material: Aço, Altura: 200 CM, Largura: 100 CM, Profundidade: 0,58 M, Tipo Prateleiras: Chapa Lisa</p> <p>Quantidade Prateleiras: 05 UN, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Antiferrugem</p>	630637	5	R\$ 1.552,6250	R\$ 7.763,125




					
37	<p>Paleta Material: Polietileno Alta Densidade, Comprimento: 1.200 MM, Largura: 1.000 MM</p> <p>Altura: 165 MM, Características Adicionais: Carga Estática: 7.500kg; Carga Dinâmica: 1.500kg, Capacidade: 17 KG</p> 	439860	6	R\$ 285,00	R\$ 1.710,00
38	<p>Torneira Esguicho de Pre-lavagem, Material Corpo: Latão E Aço Inoxidável , Diâmetro Conexão Entrada: 1/2 POL, Aplicação: Lavagem De Bancada , Características Adicionais: Ducha Longo Alcance, Jato Em Forma De Chuveiro</p> 	600409	3	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
	<p>Termômetro Tipo: Digital Com Alarme, Visor Em Cristal Líquido, Faixa Medição Temperatura: - 40 A + 95 °C, Aplicação: Alimentos, Material: Plástico,</p>				

39	<p>Características Adicionais: A Prova D'Água, Alimentação: Bateria / Pilha</p> 	467307	3	R\$ 138,90	R\$ 416,70
40	<p>Carrinho Distribuição Material Bandeja: Chapa Aço Inoxidável , Material Estrutura: Aço Inoxidável , Tipo: Carro Cuba De 190 Litros , Tipo Rodízio: Diâmetro De 5", 4 Sendo 2 C/ Trava P/ Estacionar , Aplicação: Transporte De Carnes Em Açougues , Comprimento: 904 MM, Largura: 650 MM, Altura: 800 MM, Características Adicionais: Dreno Com Válvula De Esfera Para Escoamento De</p>  <p>Líq</p>	474330	1	R\$ 2.542,00	R\$ 2.542,00
41	<p>Carrinho Distribuição Material Bandeja: Aço Inoxidável , Material Estrutura: Tubo Aço Inoxidável , Tipo: 4 Bandejas , Tipo Rodízio: 4 Giratórios , Aplicação: Transporte Cubas Gastronorm , Comprimento: 230 CM, Largura: 80 CM, Altura: 85 CM, Características Adicionais: Freio Nas Rodas Traseiras , Acabamento Superficial: Aço Inoxidável , Cor: Inox</p>	617499	2	R\$ 3.300,00	R\$ 6.600,00



					
42	<p>Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável , Material Externo: Aço Inoxidável , Função Disco: Ralador, Separador E Secador , Potência: 5 CV, Características Adicionais: Capacidade Trabalho 200 Kg/H</p> 	274028	2	R\$ 5.039,00	R\$ 10.078,00
	<p>Forno Industrial vertical Tipo: Elétrico Combinado , Material: Chapa Aço Inoxidável , Tensão Alimentação: 220 /380 V, Características Adicionais: Espaçamento Entre Trilhos: 62 Mm , Comprimento: 877 MM, Largura: 913 MM, Altura: 1872 MM, Capacidade: 90 KG, Tipo Câmara: Inserção Longitudinal 1/1, 1 /2, 2 /3, 1/3, 2/8 Gn , Capacidade Produção: 20 Gns 1/1 Trolley - 20 Gns Inserção Longitudinal nKG /H, Potência Motor: 34,1</p>				




43		615725	1	R\$ 37.068,35	R\$ 37.068,35
44	<p>Cortina Ar Material: Metal E Plástico , Comprimento: 150 CM, Potência: 280 W, Tensão: 220 V, Vazão: 2.400 M</p> 	453299	3	R\$ 1.371,83	R\$ 4.115,49
45	<p>Porta Vai-Vem Material: Chapa De Poliuretano De Alta Densidade , Acabamento: Revestida Com Chapa De Abs Em Cada Face , Tipo Dobradiça: Dobradiças Em Aço Inoxidável , Características Adicionais: Amortecedores De Impacto/Visor Em Acrílico/Caxetas</p>	431703	1	R\$ 5.420,00	R\$ 5.420,00



					
46	<p>Botijão Para Gás, Uso: Industrial, Capacidade: Cerca De 45 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança</p> 	625662	3	R\$ 1.125,00	R\$ 3.375,00
47	<p>Máquina Lavar Louças Material: Aço Inoxidável , Modelo: Profissional , Capacidade: 13 L, Altura: 890 MM, Largura: 600 MM, Profundidade: 592 MM, Voltagem: 220 V, Potência Motor: 0,75 CV, Características Adicionais: 01 Porta Frontal, Ciclo De 120 Segundos</p> 	254479	1	R\$ 22.997,90	R\$ 22.997,90



48	<p>Torneira, Material Corpo: Aço Inoxidável, Tipo: Alavanca</p> <p>Diâmetro: 1/2 POL, Características Adicionais: Abertura/Fechamento Movimento Lateral Do Cotovelo, Aplicação: Lavatório E Pia Clínico/Hospitalar</p> 	435944	3	R\$ 171,5150	R\$ 514,545
49	<p>Chapa Assadeira /Fritadeira Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Material Queimador: Aço Inoxidável , Funcionamento: Gás , Comprimento: 90 CM, Largura: 96 CM, Altura: 90 CM, Características Adicionais: Pés Com Sapatas /Gaveta De Resíduos /Chaminé E Gabin</p> 	442496	2	R\$ 4.034,11	R\$ 8.068,22
50	<p>Batedeira Industrial Material Corpo: Aço Inox , Capacidade: 12 L, Potência Motor: 1 /2 CV, Quantidade Velocidade: 6 , Características Adicionais: Com Três Batedores Bivolt. Seis Ou Mais Velocida , Tensão Alimentação: Bivolt</p> 	609345	1	R\$ 4.102,58	R\$ 4.102,58

51	<p>Exaustor Material: Aço Inoxidável , Aplicação: Parede , Diâmetro: 50 CM, Tensão: 220 V, Características Adicionais: C/ Inversão De Rotação (Exaustão /Ventilação)</p> 	290671	2	R\$ 709,00	R\$ 1.418,00
52	<p>Caldeirão Material: Aço Inoxidável Aisi 304 18.8 , Capacidade: 200 L, Características Adicionais: A Gás, Autogerador De Vapor , Formato: Cilíndrico</p> 	451607	1	R\$ 15.438,95	R\$ 15.438,95
53	<p>Carro Limpeza Material: Metal E Plástico , Tipo: 4 Rodízios , Comprimento: 114 CM, Largura: 48 CM, Altura: 96 CM, Aplicação: Limpeza Industrial E Comercial , Características Adicionais: 3 Prateleiras, 4 Baldes, Saco Funcional E Tampa</p>	298356	3	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00



					
54	<p>Panela Material: Alumínio, Capacidade: 30 L, Características Adicionais: Caçarola Grande Em Material Reforçado</p> 	267910	6	R\$ 384,00	R\$ 2.304,00
55	<p>Panela Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 60 L, Características Adicionais: Fundo Triplo/Com Alças E Tampa, Tipo: Caçarola</p> 	465658	6	R\$ 734,00	R\$ 4.404,00
	<p>Garrafa Térmica, Material: Polipropileno - Pp, Capacidade: 18 L, Cor: Azul, Características Adicionais: Termica; De Tipo Galao, Com Torneira Para Servir</p>				

56		630801	8	R\$ 330,00	R\$ 2.640,00
57	<p>Frigideira, Material: Alumínio, Tipo: Funda</p> <p>Diâmetro: 50 CM, Revestimento: Antiaderente, Aplicação: Copa E Cozinha</p> 	442943	10	R\$ 242,50	R\$ 2.425,00
58	<p>Filtro de Água Transparente - Polipropileno 3,4 alta vazão, 120 litros/horas de água filtrada, certificação do INMETRO ou ANVISA.</p> 	447843	15	R\$ 139,90	R\$ 2.098,50
	Filtro De Água, Material: Aço Inoxidável, Pressão: 1,50 A 5 KG/CM2, Diâmetro: 216 MM, Altura: 1.195 MM				

59	<p>Vazão: 1.380 L/H, Temperatura: 5 A 50 °C, Características Adicionais: Retenção Iodo, Limo, Grãos De Areia E Resíduos, Re</p> 	304740	3	R\$ 2.498,50	R\$ 7.495,50
60	<p>Recipiente Alimentos, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 30 L, Aplicação: Cozinha, Características Adicionais: Com Tampa, Referência: 1/1-200 MM, Formato: Cuba</p> 	486811	7	R\$ 238,89	R\$ 1.672,23
	<p>Luva Proteção, Material: Malha De Aço, Tamanho: Médio, Tipo: Mão Esquerda, Aplicação: Contra Cortes</p>				

61		411987	10	R\$ 220,00	R\$ 2200,00
62	<p>Luva Proteção, Material: 100% Fibra Aramida, Tamanho: Único, Tipo: 5 Dedos, Aplicação: Proteção Térmica, Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 230 °c, Formato: Anatômico</p> 	342546	10	R\$ 55,79	R\$ 557,90
63	<p>Assadeira Cozinha Comercial, Material: Alumínio Reforçado</p> <p>Formato: Retangular, Altura: 8 CM, Largura: 40 CM, Comprimento: 60 CM, Características Adicionais: Com Alças Mesmo Material</p>	295918	10	R\$ 227,00	R\$ 2.270,00

					
64	<p>Amolador manual, material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento lâmina:356 mm, comprimento cabo:131 mm, características adicionais: estriada-imantada, cabo branco, ação antimicrobiana</p> 	407136	5	R\$ 110,98	R\$ 554,90
65	<p>Bebedouro Água, Tipo: Industrial, Características Adicionais: 4 Torneiras Latão Cromado, Voltagem: 220 V, Material Gabinete: Aço Inox E Poliuretano Injetado, Capacidade Água: 250 L, Material Corpo: Aço Inoxidável</p>	631809	3	R\$ 2.899,00	R\$ 8.697,00

					
66	<p>Mesa Refeitório, Material Tampo: Mdf, Revestimento Tampo: Laminado Melamínico, Espessura: 25 MM</p> <p>Altura: 0,78 M, Acabamento Bordas: Pvc</p> <p>Material Estrutura: Tubo Aço Pintado, Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Em Epóxi, Características Adicionais: 8 Bancos Escamoteáveis, Cor: Branca</p> <p>Dimensões Da Base: 2.400 X 800 X 780 MM</p>	623624	28	R\$ 5.400,00	R\$ 151.200,00
					

1.1.1 ~~suprimido~~

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. ~~suprimido~~

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **da assinatura do contrato ou outro instrumento**

hábil que o substitua, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~1.6. suprimido~~

~~1.7. — suprimido~~

~~1.8. suprimido~~

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. ~~suprimido~~

2.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas pag. 34 processo 23051.001825/2026-39. A demanda está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPA, bem como com o Plano Diretor de Logística Sustentável.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. *De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como;*

4.1.2. *I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e*

4.1.3. *II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

4.1.4. *III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e*

4.1.5. *IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).*

4.1.6. *Informamos que para a presente contratação foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e previstas cláusulas que entendemos serem pertinentes a contratação pretendida.*

Indicação de marcas ou modelos

4.2. ~~suprimido~~

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. ~~suprimido~~

Da exigência de amostra

4.4. ~~suprimido~~

~~4.5. suprimido~~

~~4.6. suprimido~~

~~4.7. suprimido~~

~~4.8. suprimido~~

~~4.9.1. suprimido~~

~~4.9.2. suprimido~~

~~4.10. suprimido~~

~~4.11. suprimido~~

~~4.12. suprimido~~

~~4.13. suprimido~~

~~4.14. suprimido~~

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. ~~suprimido~~

Subcontratação

4.16. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

~~4.17. suprimido~~

~~4.18. suprimido~~

~~4.19. suprimido~~

~~4.20. suprimido~~

~~4.21. suprimido~~

~~4.22. suprimido~~

~~4.23. suprimido~~

Garantia da contratação

4.24. **Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes :**

4.24.1. **A ausência da garantia da contratação decorre do entendimento de haver baixo risco de não execução. Entendemos, que a solicitação de garantia de execução constitui uma ação contratual e que requer várias ações que o antecedem e o sucedem, levando a administração a atividades que geram um maior trabalho que não condizem com o risco apresentado pelo objeto.**

~~4.25. suprimido~~

~~4.26. suprimido~~

~~4.26.1. suprimido~~

~~4.26.2. suprimido~~

~~4.26.3. suprimido~~

- ~~4.26.4. suprimido~~
- ~~4.26.5. suprimido~~
- ~~4.27. suprimido~~
- ~~4.28. suprimido~~
- ~~4.29. suprimido~~
- ~~4.30. suprimido~~
- ~~4.30.1. suprimido~~
- ~~4.31. suprimido~~
- ~~4.31.1. suprimido~~
- ~~4.31.2. suprimido~~
- ~~4.32. suprimido~~
- ~~4.33. suprimido~~
- ~~4.34. suprimido~~
- ~~4.35. suprimido~~
- ~~4.36. suprimido~~
- ~~4.37. suprimido~~
- ~~4.38. suprimido~~
- ~~4.39. suprimido~~
- ~~4.40. suprimido~~

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- ~~4.41. suprimido~~
- ~~4.41.1. suprimido~~
- ~~4.41.2. suprimido~~
- ~~4.41.3. suprimido~~

Margem de Preferência:

- ~~4.42. suprimido~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias**, contados do(a) da assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, em remessa única.

~~5.2. suprimido~~

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço AVENIDA COUTO MAGALHÃES, Nº 1649, SETOR UNIVERSITÁRIO, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA, CEP: 68540-000

5.4.1. ~~suprimido~~

Garantia, manutenção e assistência técnica[A3]

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A4]

5.6. ~~suprimido~~

5.7. ~~suprimido~~

5.8. ~~suprimido~~

5.9. ~~suprimido~~

5.10. ~~suprimido~~

5.11. ~~suprimido~~

5.12. ~~suprimido~~

5.13. ~~suprimido~~

5.14. ~~suprimido~~

5.15. ~~suprimido~~

5.16. ~~suprimido~~

5.17. ~~suprimido~~

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando

quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. ~~suprimido~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **01% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta) dias* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20(vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *índice IPCA de correção monetária* .[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. ~~suprimido~~

~~8.28. suprimido~~

~~—8.29.1. suprimido~~

~~—8.29.2. suprimido~~

~~8.30. suprimido~~

~~8.31. suprimido~~

~~8.32. suprimido~~

~~8.33. suprimido~~

~~8.34. suprimido~~

~~8.35. suprimido~~

~~8.36. suprimido~~

~~——8.36.1. suprimido~~

~~——8.36.2. suprimido~~

8.37. ~~suprimido~~

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025 data do Relatório emitido da pesquisa de preços.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO* , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

~~9.2. suprimido~~

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.4. ~~suprimido~~

~~9.4.1 suprimido~~

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. ~~suprimido~~

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação*.
- 9.28. ~~suprimido~~
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.33. ~~suprimido~~
- 9.33.1. ~~suprimido~~
- 9.34. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou*

atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. ~~suprimido~~

9.34.2. ~~suprimido~~

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.35. ~~suprimido~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 744.960,79 (setecentos e quarenta e quatro mil novecentos de sessenta reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1**

10.2. ~~suprimido~~

~~10.3. suprimido~~

~~10.3.1. suprimido~~

~~10.4. suprimido~~

~~10.5. suprimido~~

~~10.5.1. suprimido~~

~~10.5.2. suprimido~~

~~10.5.3. suprimido~~

~~10.5.4. suprimido~~

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*
- 11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*
- I) *Gestão/unidade: 26416/158509;*
 - II) *Fonte de recursos: 1000000000;*
 - III) *Programa de trabalho: 252198; 231593*
 - IV) *Elemento de despesa: 449052; e 339030*
 - V) *Plano interno: L20RLP01CAN.*
- 11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*
- ~~11.4. suprimido~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. *As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas*
- 12.2. *Integram este Termo de Referência, o ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar (ETP) . Para os itens classificados como equipamentos, será formalizado instrumento contratual específico. Já para os itens classificados como utensílios, a formalização da contratação ocorrerá por meio de nota de empenho, nos termos da legislação vigente.*
- Conceição do Araguaia 20/03/2026.*

13. ANEXO I

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~1. suprimido~~

14. ANEXO II

~~TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA~~

~~suprimido~~

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Assinado Digitalmente via Sipac

BRENDA FRANKLIN SEABRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: APROVO o presente documento, considerando os fatos descritos e ocorridos, e a base legal adotada, em atendimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.784, de 1999.

ORLANDO D ANTONA ALBUQUERQUE

Autoridade competente

INST FED.DO PARA/CAMPUS CONCEIÇÃO ARAGUAIA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23051.001825/2026-39

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de equipamentos, utensílios de cozinha e material permanente para atendimento do refeitório do IFPA - Campus Conceição do Araguaia.

2.2 Justificativa da Necessidade da Contratação

2.2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha e materiais permanentes destinados à estruturação e ao funcionamento do refeitório do IFPA – Campus Conceição do Araguaia.

2.2.2. O espaço físico do refeitório encontra-se em fase final de construção, sendo imprescindível sua adequada aparelhagem para viabilizar o início das atividades de preparo, armazenamento, manipulação e distribuição de refeições aos estudantes regularmente matriculados.

2.2.3. A oferta de alimentação escolar integra as ações de assistência estudantil e constitui medida estratégica para promoção da permanência e êxito acadêmico, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução da evasão e melhoria do desempenho educacional.

2.2.4. O pleno funcionamento do refeitório exige a aquisição de equipamentos de caráter industrial (tais como fogão industrial, freezers, refrigerador comercial, fritadeira elétrica, liquidificadores industriais, balanças, descascador, entre outros), bem como utensílios operacionais e materiais de apoio (colheres, facas, garfos, bandejas, pratos, canecas, pegadores, conchas, estantes e armários), os quais são indispensáveis para garantir:

- I – condições adequadas de higiene e segurança alimentar;
- II – conformidade com normas sanitárias aplicáveis à manipulação e conservação de alimentos;
- III – segurança operacional dos servidores e colaboradores;
- IV – eficiência na produção e distribuição das refeições;
- V – capacidade de atendimento compatível com a demanda estimada do campus.

2.2.5. A ausência dos referidos itens inviabiliza o início das atividades do refeitório, podendo comprometer a execução das políticas institucionais de assistência estudantil e impactar negativamente a rotina acadêmica.

2.2.6. A contratação encontra respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o dever de planejamento prévio das contratações públicas, observando-se os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

2.2.7. Diante do exposto, a aquisição pretendida mostra-se necessária, adequada e proporcional para assegurar o regular funcionamento do refeitório institucional e o atendimento satisfatório aos estudantes do campus.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Saúde e qualidade de vida	Brenda Franklin Seabra

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação.
- 4.2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF.
- 4.3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal,

Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

4.4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4.5. A descrição dos itens, quantitativos mínimos e máximos, e padronização de itens conforme o Catálogo Eletrônico de Padronização deverá ser detalhado no Termo de Referência (TR).

4.6. Os requisitos para entrega bem como a periodicidade também deverão ser definidos no Termo de Referência (TR).

4.7. Quando for o caso, os catálogos deverão ser avaliados pelos solicitantes e comparadas aos critérios exigidos e as características especificadas para cada item.

4.8. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, e normativos correlatos.

4.9 Justificativa para Não Adoção do Sistema de Registro de Preços

4.9.1. Nos termos do art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, deve-se avaliar, na fase de planejamento da contratação, a possibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), especialmente quando houver necessidade de contratações frequentes, entregas parceladas ou quando não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

4.9.2. No caso concreto, a presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos industriais, utensílios e materiais permanentes destinados à estruturação inicial do refeitório do IFPA – Campus Conceição do Araguaia, tratando-se de demanda específica, com quantitativos previamente definidos e destinados à implantação do espaço físico recém-construído.

4.9.3. Os itens a serem adquiridos não se caracterizam como demanda continuada ou de consumo imprevisível, mas sim como aquisição pontual para aparelhamento completo da unidade, sendo possível a definição precisa dos quantitativos necessários com base na capacidade instalada do refeitório e na estimativa de atendimento.

4.9.4. Ademais, a adoção do SRP não se mostra vantajosa, uma vez que:

I – não há previsão de contratações futuras reiteradas dos mesmos bens em curto ou médio prazo;

II – os quantitativos encontram-se integralmente dimensionados na fase de planejamento;

III – não há necessidade de entregas parceladas condicionadas a demandas variáveis;

IV – trata-se de aquisição para implantação inicial da estrutura, e não para reposição periódica.

4.9.5. Assim, considerando a natureza pontual da demanda, a definição prévia dos quantitativos e a ausência de necessidade de contratações sucessivas, conclui-se que a realização de licitação convencional, com adjudicação por item ou por grupo, mostra-se mais adequada e eficiente ao interesse público, não sendo recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado pela área requisitante, responsável pela especificação técnica dos itens, considerando as características operacionais do refeitório e a compatibilidade com a capacidade instalada da unidade.

5.2. Para fins de planejamento inicial, os valores estimados dos itens foram registrados no Plano Anual de Contratações (PAC), mediante estimativa preliminar baseada em consultas a fornecedores do ramo, análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e verificação de preços praticados no mercado.

5.3. O levantamento considerou fornecedores especializados em equipamentos para cozinha industrial, utensílios em aço inoxidável, equipamentos de refrigeração comercial e mobiliário técnico, garantindo que as especificações adotadas fossem compatíveis com padrões usuais de mercado.

5.4. Após a análise do mercado fornecedor, verificou-se que os itens pretendidos são amplamente comercializados, não havendo indícios de restrição de competitividade ou limitação significativa de fornecedores aptos a atender à demanda.

5.5. Constatou-se, ainda, que os bens possuem natureza comum, com especificações usuais e padronizadas no mercado, permitindo a ampla concorrência e viabilizando a realização de procedimento licitatório competitivo.

5.6. Dessa forma, conclui-se que há oferta suficiente no mercado para atendimento da demanda institucional, não se caracterizando hipótese de inviabilidade de competição.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha, mobiliários técnicos e materiais permanentes destinados à implantação e ao pleno funcionamento do refeitório do IFPA – Campus Conceição do Araguaia, visando assegurar a adequada prestação do serviço de alimentação escolar aos estudantes.

6.2. A solução contempla o fornecimento de equipamentos de produção e preparo de alimentos, tais como fogão industrial, fritadeira elétrica, liquidificadores industriais, descascador, balanças e forno micro-ondas, os quais permitirão a execução das atividades de cocção, processamento e controle de insumos alimentícios.

6.3. Inclui-se, ainda, a aquisição de equipamentos de armazenamento e conservação, como refrigerador comercial e freezers (horizontal e vertical), indispensáveis para garantir o correto acondicionamento dos gêneros alimentícios, em conformidade com as exigências sanitárias aplicáveis.

6.4. A solução abrange também utensílios operacionais e instrumentos de manipulação e distribuição de alimentos (facas, colheres, garfos, conchas, pegadores, bandejas, pratos, canecas, tigelas e termômetros), necessários para assegurar eficiência, padronização e segurança no serviço prestado.

6.5. Complementam a solução os mobiliários e estruturas de apoio, como armários, estantes metálicas, paletes e torneira de pré-lavagem, que garantem organização, higienização adequada do ambiente e armazenamento seguro de insumos e equipamentos.

6.6. Em observância ao art. 9º, inciso IV, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, a solução contempla exigências relacionadas à garantia e assistência técnica dos equipamentos classificados como bens permanentes e industriais, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência das atividades do refeitório, devendo ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:




- a) garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo peças e mão de obra, sem ônus adicional para a Administração;
- b) disponibilidade de rede autorizada de assistência técnica no País, apta à realização de manutenções preventivas e corretivas;
- c) fornecimento de peças originais ou compatíveis certificadas pelo fabricante durante o período de garantia;
- d) manual de instruções em língua portuguesa e orientações técnicas para correta operação e conservação dos equipamentos.




6.7. Após o término do período de garantia, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos permanentes será de responsabilidade da instituição, observando-se os normativos internos de gestão patrimonial e disponibilidade orçamentária.



6.8. Dessa forma, a solução proposta contempla de maneira integrada todos os elementos necessários para estruturar o refeitório institucional, garantindo condições adequadas de preparo, armazenamento e distribuição de refeições, assegurando eficiência operacional, conformidade sanitária e sustentabilidade na utilização dos bens ao longo de sua vida útil.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas




Nº do Item	CATMAT	Descrição	Quantidade
		Colher, Material Corpo: Aço Inox, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Merenda Escolar, Características Adicionais: Colher De Sopa, Cor: Prateada	




1	631651		1400
2	465661	<p>Colher, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Sobremesa, Características Adicionais: Personalizada Conforme Modelo, Comprimento: 15 CM</p> 	1400
3	631603	<p>Colher, Material Corpo: Alumínio Fundido Grosso, Material Cabo: Alumínio Fundido Grosso, Aplicação: Servir E Mexer Alimentos, Características Adicionais: Sem Emendas Ou Madeira, Comprimento: 60 CM</p> 	10




4	474170	<p>Colher, Material Corpo: Politetrafluoretileno, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Caldeira, Comprimento: 120 CM</p> 	10
5	437873	<p>Garfo Mesa, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Características Adicionais: Liso E Polido, Comprimento: 20 CM</p> 	1400
6	424325	<p>Garfo Para Assado, Material Corpo: Aço Inoxidável, Comprimento: 50 CM, Características Adicionais: 3 Dentes</p> 	10

7	378239	<p>Garfo Trinchante, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Quantidade Dentes: 2 UN, Comprimento: 30 CM</p> 	10
8	320289	<p>Faca Mesa, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tamanho: 18/10 POL, Características Adicionais: Liso, Polido, Comprimento 21,6cm, Espessura 4mm</p> 	1400
		<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno Injetado, Comprimento Lâmina: 30,50 CM, Comprimento Cabo: 14,5 CM, Aplicação: Cortar Pão, Tipo: Fio Ondulado, Cor Cabo: Branca, Espessura: 2,00 MM</p>	

9	465743		10
10	465736	<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno Injetado, Comprimento Lâmina: 18 CM, Largura Lâmina: 2,50 CM, Aplicação: Cortar Legumes E Verduras, Tipo: Fio Liso, Cor Cabo: Branca, Espessura: 1,40 MM</p> 	10
		<p>Faca, Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Polipropileno, Tamanho: Pequena / Média E Grande., Aplicação: Cortar Carne, Tipo: Cozinha, Apresentação: Jogo Com 08 Unidades</p>	

11	457779		4
12	464875	<p>Concha, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Comprimento: 45 CM, Diâmetro: 20 CM</p> 	10
13	464896	<p>Pegador Alimento, Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 28 CM, Características Adicionais: Pegador De Salada</p> 	10
		<p>Pegador Alimento, Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 28 CM, Características Adicionais: Tipo Concha / Sem Emendas Ou Saliências, Aplicação: Servir Massas, Tamanho: 1,80 Mm</p>	

14	355383		10
15	466018	<p>Prancha Alimentos, Material: Vidro Temperado, Comprimento: 400 MM, Largura: 30 CM, Espessura: 5 MM, Características Adicionais: Com Alça, Aplicação: Corte De Alimentos Em Geral</p> 	10
16	624519	<p>Bandeja para refeição, Formato: retangular, Comprimento: 49,1 CM, Largura: 33,10 CM, Finalidade: Servir Líquidos E Alimentos, Material: Aço Inoxidável, Altura: 1,0 CM, Divisões: 6</p> 	1400
		<p>Caneca, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 250 ML, Características Adicionais: Com Alça</p>	

17	484770		1400
18	454226	<p>Tigela, Material: Aço Inoxidável, Características Adicionais: Conjunto 5 Pçs; 16cm, 18cm, 20cm, 24cm, 28cm, Uso: Copa /Cozinha</p> 	3
19	261009	<p>Prato, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Serviço De Nutrição, Características Adicionais: Fundo,Para Sopa, E 300 MI De Capacidade</p> 	1400
		<p>Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 300 KG, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Plataforma Em Chapa De Aço, Tecla Zero E Tara, Tipo: Plataforma, Sem Coluna , Número Dígitos: 6 , Dimensões: 80 X 80 CM, Sensibilidade: 100 G, Material: Aço</p>	

20	61785		1
21	446942	<p>Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 60 KG, Voltagem: Bateria Interna Recarregável, Adaptador 12 Vac- 220 V, Características Adicionais: De Bancada E Divisões De 10 Gramas , Tipo: Coluna Articulada , Número Dígitos: 6 , Tipo Painel: Display Lcd, Teclado Membrana Selada , Sensibilidade: Classe De Exatidão Iii , Freqüência: 50/60 HZ, Material: Aço Carbono</p> 	2
22	620331	<p>Fogão Industrial Material: Aço Inoxidável , Funcionamento: Gás , Tipo Acendimento: Manual , Tipo Uso: Cozinhar E Assar Alimentos , Características Adicionais: 3 Queimadores Duplos, 3 Queimadores Simples E 2 Fo , Quantidade Bocas: 6 U</p>	2



23

235196

Forno Microondas Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 38 L, Potência: 1.000 WATT, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Com Prato Giratório E Função Grill



3

24




445210

Freezer Tipo: Horizontal , Capacidade: 510 L, Quantidade Tampas: 2 UN, Sistema Degelo: Manual , Cor: Branca , Temperatura Operação: (-16 À -20°) E (+1 À +7°) °C, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: Dreno Frontal Com Tampa E Rodízios





3

Freezer Vertical Capacidade: 228 L, Voltagem: 220 V, Cor: Branca , Altura: 170 CM, Largura: 65 CM, Profundidade: 72 CM, Características Adicionais: Controle De Temperatura , Funções: Com Sistema De Degelo Do Tipo "Frost Free" , Tipo Porta: Reversível , Aplicação: Conservação De Alimentos , Quantidade De Portas: 1



25	608937		2
26	483276	<p>Refrigerador Alimentos, Temperatura: 1° A + 7° °C, Tensão Alimentação: 220 V, Características Adicionais: Revestimento Externo Em Aço Inox 430, Quantidade Portas: 4 UN, Capacidade: 1.044 L</p> 	1
27	620300	<p>Liquidificador Industrial, Material Copo: Aço Inoxidável Material Base: Aço Inox, Capacidade: 4 L Tensão Nominal: 127/220 V</p> 	3
		Liquidificador Industrial, Material Copo: Aço Inoxidável	



28	631050	<p>Material Base: Aço Carbono, Capacidade: 25 L, Potência Motor: 1,5 CV, Tensão Nominal: 127/220 V</p> <p>Aplicação: Industrial, Material Hélice: Aço Inoxidável, Material Tampa: Alumínio</p> 	3
29	434625	<p>Refresqueira, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Material Depósito: Policarbonato, Tipo: 2 Depósitos, Capacidade: 30 L, Tensão: 220 V, Potência: 278 W, Aplicação: Servir Bebidas Frias, Características Adicionais: Pingadeira Removível</p> 	3
30	423372	<p>Cafeteira Elétrica Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 10 L, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Com 2 Depósitos</p> 	3

31	230187	<p>Descascador Industrial Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 6 KG, Produção Aproximada: 120 KG/H, Potência Motor: 0,25 CV, Tensão: 110/220</p> 	2
32	451180	<p>Fritadeira Material Estrutura: Aço Inoxidável Aisi 304 , Potência: 15 KW, Tensão Alimentação: 220 - Trifásico V, Temperatura: 200 ° C, Capacidade: 30 L, Características Adicionais: 02 Cestos Para Frituras E Grade Inferior Interna</p> 	2
33	601382	<p>Armário Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Tipo: Alto , Quantidade Portas: 2 UN, Altura: 1625 MM, Largura: 820 MM, Profundidade: 550 MM, Quantidade Prateleiras: 04 , Espessura: 1 M</p>	2

			
34	613889	<p>Estante Metálica, Material: Aço Inox Aisi 304, Altura: 1,80 CM, Largura: 1,00 CM, Profundidade: 50 CM, Tipo Prateleiras: Chapa Perfurada, Quantidade Prateleiras: 4 UN</p> 	7
35	634364	<p>Estante, Material: Aço Inoxidável Tipo Aisi 304, Altura: 1,75 M, Profundidade: 60 CM, Características Adicionais: Conforme Modelo, Largura: 60 CM, Quantidade Prateleiras: 6 UN</p> 	4

36	630637	<p>Estante Metálica, Material: Aço, Altura: 200 CM, Largura: 100 CM, Profundidade: 0,58 M, Tipo Prateleiras: Chapa Lisa</p> <p>Quantidade Prateleiras: 05 UN, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Antiferrugem</p> 	5
37	439860	<p>Paleta Material: Polietileno Alta Densidade, Comprimento: 1.200 MM, Largura: 1.000 MM</p> <p>Altura: 165 MM, Características Adicionais: Carga Estática: 7.500kg; Carga Dinâmica: 1.500kg, Capacidade: 17 KG</p> 	6
		<p>Torneira Esguicho de Pre-lavagem, Material Corpo: Latão E Aço Inoxidável , Diâmetro Conexão Entrada: 1/2 POL,</p>	

38	600409	<p>Aplicação: Lavagem De Bancada , Características Adicionais: Ducha Longo Alcance, Jato Em Forma De Chuveiro</p> 	3
39	467307	<p>Termômetro Tipo: Digital Com Alarme, Visor Em Cristal Líquido, Faixa Medição Temperatura: - 40 A + 95 °C, Aplicação: Alimentos, Material: Plástico, Características Adicionais: A Prova D`Água, Alimentação: Bateria / Pilha</p> 	3
40	474330	<p>Carrinho Distribuição Material Bandeja: Chapa Aço Inoxidável , Material Estrutura: Aço Inoxidável , Tipo: Carro Cuba De 190 Litros , Tipo Rodízio: Diâmetro De 5", 4 Sendo 2 C/ Trava P/ Estacionar , Aplicação: Transporte De Carnes Em Açougues ,</p>	1

		<p>Comprimento: 904 MM, Largura: 650 MM, Altura: 800 MM, Características Adicionais: Dreno Com Válvula De Esfera Para</p>  <p>Escoamento De Líq</p>	
41	617499	<p>Carrinho Distribuição Material Bandeja: Aço Inoxidável , Material Estrutura: Tubo Aço Inoxidável , Tipo: 4 Bandejas , Tipo Rodízio: 4 Giratórios , Aplicação: Transporte Cubas Gastronorm , Comprimento: 230 CM, Largura: 80 CM, Altura: 85 CM, Características Adicionais: Freio Nas Rodas Traseiras , Acabamento Superficial: Aço Inoxidável , Cor: Inox</p> 	2
42	274028	<p>Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável , Material Externo: Aço Inoxidável , Função Disco: Ralador, Separador E Secador , Potência: 5 CV, Características Adicionais: Capacidade Trabalho 200 Kg/H</p> 	2

Forno Industrial vertical Tipo: Elétrico Combinado , Material: Chapa Aço Inoxidável , Tensão Alimentação: 220 /380 V, Características Adicionais: Espaçamento Entre Trilhos: 62 Mm , Comprimento: 877 MM, Largura: 913 MM, Altura: 1872 MM, Capacidade: 90 KG, Tipo Câmara: Inserção Longitudinal 1/1, 1/2, 2/3, 1/3, 2/8 Gn , Capacidade Produção: 20 Gns 1/1 Trolley - 20 Gns Inserção Longitudinal nKG /H, Potência Motor: 34,1

43

615725



1

Cortina Ar Material: Metal E Plástico , Comprimento: 150 CM, Potência: 280 W, Tensão: 220 V, Vazão: 2.400 M




44

453299




3



45	431703	<p>Porta Vai-Vem Material: Chapa De Poliuretano De Alta Densidade , Acabamento: Revestida Com Chapa De Abs Em Cada Face , Tipo Dobradiça: Dobradiças Em Aço Inoxidável , Características Adicionais: Amortecedores De Impacto/Visor Em Acrílico/Caxetas. Dimensões do Vão de instalação: larg. 1,20m x alt. 2,10m.</p> 	1
46	625662	<p>Botijão Para Gás, Uso: Industrial, Capacidade: Cerca De 45 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança</p> 	3
47	254479	<p>Máquina Lavar Louças Material: Aço Inoxidável , Modelo: Profissional , Capacidade: 13 L, Altura: 890 MM, Largura: 600 MM, Profundidade: 592 MM, Voltagem: 220 V, Potência Motor: 0,75 CV, Características Adicionais: 01 Porta Frontal, Ciclo De 120 Segundos</p>	1




			
48	435944	<p>Torneira, Material Corpo: Aço Inoxidável, Tipo: Alavanca</p> <p>Diâmetro: 1/2 POL, Características Adicionais: Abertura /Fechamento Movimento Lateral Do Cotovelo, Aplicação: Lavatório E Pia Clínico/Hospitalar</p> 	3
49	442496	<p>Chapa Assadeira /Fritadeira Material: Aço Inoxidável Aisi 304 , Material Queimador: Aço Inoxidável , Funcionamento: Gás , Comprimento: 90 CM, Largura: 96 CM, Altura: 90 CM, Características Adicionais: Pés Com Sapatas /Gaveta De Resíduos /Chaminé E Gabin</p> 	2

50	609345	<p>Batedeira Industrial Material Corpo: Aço Inox , Capacidade: 12 L, Potência Motor: 1 /2 CV, Quantidade Velocidade: 6 , Características Adicionais: Com Três Batedores Bivolt. Seis Ou Mais Velocida , Tensão Alimentação: Bivolt</p> 	1
51	290671	<p>Exaustor Material: Aço Inoxidável , Aplicação: Parede , Diâmetro: 50 CM, Tensão: 220 V, Características Adicionais: C/ Inversão De Rotação (Exaustão /Ventilação)</p> 	2
52	451607	<p>Caldeirão Material: Aço Inoxidável Aisi 304 18.8 , Capacidade: 200 L, Características Adicionais: A Gás, Autogerador De Vapor , Formato: Cilíndrico</p> 	1

53	298356	<p>Carro Limpeza Material: Metal E Plástico , Tipo: 4 Rodízios , Comprimento: 114 CM, Largura: 48 CM, Altura: 96 CM, Aplicação: Limpeza Industrial E Comercial , Características Adicionais: 3 Prateleiras, 4 Baldes, Saco Funcional E Tampa</p> 	3
54	267910	<p>Panela Material: Alumínio, Capacidade: 30 L, Características Adicionais: Caçarola Grande Em Material Reforçado</p> 	6
55	465658	<p>Panela Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 60 L, Características Adicionais: Fundo Triplo/Com Alças E Tampa, Tipo: Caçarola</p> 	6

56	630801	<p>Garrafa Térmica, Material: Polipropileno - Pp, Capacidade: 18 L, Cor: Azul, Características Adicionais: Termica; De Tipo Galao, Com Torneira Para Servir</p> 	8
57	442943	<p>Frigideira, Material: Alumínio, Tipo: Funda</p> <p>Diâmetro: 50 CM, Revestimento: Antiaderente, Aplicação: Copa E Cozinha</p> 	10
58	447843	<p>Filtro de Água Transparente - Polipropileno 3,4 alta vazão, 120 litros/horas de água filtrada, certificação do INMETRO ou ANVISA.</p>	15

			
59	304740	<p>Filtro De Água, Material: Aço Inoxidável, Pressão: 1,50 A 5 KG /CM2, Diâmetro: 216 MM, Altura: 1.195 MM</p> <p>Vazão: 1.380 L/H, Temperatura: 5 A 50 °C, Características Adicionais: Retenção Iodo, Limo, Grãos De Areia E Resíduos, Re</p> 	3
60	486811	<p>Recipiente Alimentos, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 30 L, Aplicação: Cozinha, Características Adicionais: Com Tampa, Referência: 1/1-200 MM, Formato: Cuba</p>	7

			
61	411987	<p>Luva Proteção, Material: Malha De Aço, Tamanho: Médio, Tipo: Mão Esquerda, Aplicação: Contra Cortes</p> 	10
62	342546	<p>Luva Proteção, Material: 100% Fibra Aramida, Tamanho: Único, Tipo: 5 Dedos, Aplicação: Proteção Térmica, Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 230 °c, Formato: Anatômico</p> 	10
		Assadeira Cozinha Comercial, Material: Alumínio Reforçado	

63	295918	<p>Formato: Retangular, Altura: 8 CM, Largura: 40 CM, Comprimento: 60 CM, Características Adicionais: Com Alças Mesmo Material</p> 	10
64	407136	<p>Amolador manual, material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento lâmina:356 mm, comprimento cabo: 131 mm, características adicionais: estriada-imantada, cabo branco, ação antimicrobiana</p> 	5
65	631809	<p>Bebedouro Água, Tipo: Industrial, Características Adicionais: 4 Torneiras Latão Cromado, Voltagem: 220 V, Material Gabinete: Aço Inox E Poliuretano Injetado, Capacidade Água: 250 L, Material Corpo: Aço Inoxidável</p>	3

			
66	623624	<p>Mesa Refeitório, Material Tampo: Mdf, Revestimento Tampo: Laminado Melamínico, Espessura: 25 MM</p> <p>Altura: 0,78 M, Acabamento Bordas: Pvc</p> <p>Material Estrutura: Tubo Aço Pintado, Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Em Epóxi, Características Adicionais: 8 Bancos Escamoteáveis, Cor: Branca</p> <p>Dimensões Da Base: 2.400 X 800 X 780 MM</p> 	28

7.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

7.2. aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado

7.3 Justificativa para a Estimativa dos Quantitativos

7.3.1. A definição dos quantitativos e do valor estimado da contratação observou o disposto nos arts. 6º, inciso XX, e 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações previstas nos arts. 3º e 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que tratam da metodologia de formação do preço estimado e da necessária justificativa técnica dos quantitativos.

7.3.2. Os quantitativos foram definidos de forma conjunta pelo Setor de Saúde e Qualidade de Vida e pelo Departamento de Administração do Campus Conceição do Araguaia, considerando as necessidades institucionais relacionadas à implantação e ao funcionamento regular do refeitório, o que determinou uma diferença no quantitativo inicial nos DFD e este ETP. .

7.3.3. O dimensionamento considerou, de forma prioritária, o quantitativo atual de alunos regularmente matriculados no campus, público diretamente beneficiado pelo serviço de alimentação escolar, bem como a estimativa de adesão ao programa institucional de refeições.

7.3.4. Para os utensílios de uso individual (pratos, colheres, garfos, bandejas e canecas), os quantitativos foram estimados com base na capacidade de atendimento simultâneo por turno, acrescidos de margem técnica destinada a assegurar a rotatividade durante os ciclos de higienização e prevenir eventual indisponibilidade momentânea de itens.

7.3.5. No que se refere aos equipamentos industriais e bens permanentes (fogão industrial, refrigeradores, freezers, fritadeira, liquidificadores industriais, balanças, estantes, armários, entre outros), os quantitativos foram definidos considerando:

I – a capacidade instalada da cozinha industrial;

II – o fluxo operacional de preparo e distribuição das refeições;

III – as exigências sanitárias relacionadas ao armazenamento e manipulação de alimentos;

IV – a necessidade de garantir eficiência produtiva compatível com a demanda estimada de refeições diárias.

7.3.6. A definição adotada buscou evitar tanto a subdimensionamento, que poderia comprometer a continuidade e a qualidade do serviço, quanto a aquisição excessiva de bens, que geraria ociosidade e desperdício de recursos públicos.

7.3.7. Dessa forma, os quantitativos estimados mostram-se adequados, proporcionais e alinhados às necessidades reais do campus, em observância ao princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.4 Da Essencialidade das Especificações

7.4.1. As especificações constantes do Termo de Referência, especialmente aquelas descritas na tabela do item 1.1, foram definidas com base nas necessidades reais da Administração, observando os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. Todas as características técnicas indicadas foram consideradas essenciais para assegurar o pleno funcionamento do refeitório institucional, evitando-se exigências excessivas ou que pudessem restringir indevidamente a competitividade do certame.

7.4.3. As especificações técnicas dos equipamentos industriais (tais como fogão industrial, refrigeradores, freezers, fritadeira, liquidificadores industriais, balanças e demais itens permanentes) foram definidas com foco na durabilidade, segurança operacional, capacidade produtiva e compatibilidade com a estrutura física instalada, garantindo eficiência no preparo, armazenamento e distribuição das refeições.

7.4.4. No que se refere aos utensílios de manipulação e distribuição (colheres, facas, garfos, conchas, pegadores, bandejas, pratos, canecas, tigelas e demais itens), as exigências foram limitadas a materiais adequados ao uso em cozinha industrial, priorizando resistência, higiene, facilidade de limpeza e conformidade com boas práticas de manipulação de alimentos.

7.4.5. As especificações relativas a materiais em aço inoxidável, capacidade volumétrica, potência mínima de equipamentos elétricos, tensão compatível com a rede instalada e demais características técnicas foram definidas com base em padrões usuais de mercado, evitando direcionamento e assegurando ampla participação de fornecedores.

7.4.6. As exigências constantes no Termo de Referência foram estabelecidas no limite do necessário para garantir funcionalidade, segurança sanitária, eficiência operacional e compatibilidade com a rotina do refeitório, em conformidade com o §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

7.4.7. Dessa forma, as definições adotadas demonstram proporcionalidade e rigor técnico, assegurando que a descrição do objeto não restrinja a competitividade, mas garanta a adequação dos bens às necessidades essenciais da Administração, em consonância com o interesse público e com os princípios da economicidade e eficiência.

7.5 Da Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização

7.5.1. Nos termos do art. 6º, inciso LI, combinado com o art. 19, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) constitui regra para a descrição padronizada de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública.

7.5.2. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha e materiais permanentes destinados à implantação e ao funcionamento do refeitório do IFPA – Campus Conceição do Araguaia.

7.5.3. Embora os bens pretendidos sejam classificados como comuns, as especificações técnicas constantes do Termo de Referência foram definidas considerando as características específicas da estrutura física do refeitório, a capacidade de

atendimento do campus, as exigências sanitárias aplicáveis à manipulação e armazenamento de alimentos e a compatibilidade com a rede elétrica e o layout da cozinha industrial instalada.

7.5.4. Verificou-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização não contempla, até o momento, itens padronizados que atendam integralmente às configurações técnicas necessárias para os equipamentos industriais previstos neste processo, especialmente quanto à capacidade, potência, dimensões e materiais exigidos para uso em cozinha institucional de médio porte.

7.5.5. Ademais, diversos itens constantes da presente contratação possuem variações técnicas e funcionais que exigem especificação detalhada para garantir segurança operacional, eficiência produtiva e conformidade com normas sanitárias, não sendo possível a simples vinculação a modelo padronizado genérico constante no CEP.

7.5.6. Dessa forma, a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização configura-se como medida tecnicamente justificada, diante da inexistência de item padronizado plenamente compatível com as necessidades da Administração.

7.5.7. Assim, justifica-se a adoção de descrição técnica própria no Termo de Referência, devendo a presente justificativa constar dos autos para fins de regularidade, transparência e controle, em conformidade com os arts. 6º, inciso LI, 19, inciso II, §2º, e 47 da Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 60.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Consta no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 06/2025, registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), estimativa preliminar de valor no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), obtida por meio de pesquisa simplificada realizada na fase inicial de planejamento.

8.2. O referido valor possui natureza meramente estimativa e foi utilizado exclusivamente para fins de registro da demanda no Plano Anual de Contratações (PAC), não representando o valor definitivo da contratação.

8.3. Após a constituição da equipe de planejamento e a realização de levantamento técnico mais detalhado das necessidades do refeitório, incluindo revisão das especificações e adequação dos quantitativos de equipamentos e utensílios necessários ao pleno funcionamento da unidade, verificou-se que o montante inicialmente previsto tende a ser superior ao valor registrado no DFD.

8.4. O refinamento do escopo da contratação, com inclusão de equipamentos industriais essenciais e ajustes nos quantitativos com base no número de alunos matriculados no campus, impacta diretamente na formação do valor estimado, exigindo pesquisa de preços formal e tecnicamente fundamentada.

8.5. Dessa forma, o processo será encaminhado ao setor de aquisições competente, que realizará a pesquisa de preços nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando os parâmetros oficiais, metodologia de cálculo e critérios de tratamento de dados previstos na normativa vigente.

8.6. O valor estimado definitivo da contratação será formalizado após a conclusão da pesquisa de preços e integrará o Termo de Referência e os demais artefatos do processo licitatório, servindo como referência para análise de exequibilidade das propostas e julgamento do certame.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, sendo imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

9.2. Nesse sentido, durante a fase de planejamento da presente contratação, foi analisada a viabilidade do parcelamento do objeto, considerando a natureza dos bens a serem adquiridos — equipamentos industriais, utensílios de cozinha e mobiliários técnicos destinados ao refeitório institucional.

9.3. O estudo técnico realizado avaliou as características funcionais dos itens, sua autonomia operacional e a logística de fornecimento, concluindo que os bens possuem natureza divisível e podem ser fornecidos por empresas distintas, sem prejuízo à padronização mínima necessária ao funcionamento do refeitório.

9.4. Assim, a Administração optou pelo parcelamento do objeto em itens distintos, em conformidade com o art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, de modo a:

- I – ampliar a competitividade do certame;
- II – possibilitar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- III – evitar restrição indevida à concorrência;
- IV – assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item.

9.5. O fracionamento foi estruturado de forma técnica, respeitando a compatibilidade entre equipamentos e a eficiência na execução contratual, sem comprometer a funcionalidade do conjunto da solução, uma vez que cada item possui autonomia de utilização no ambiente do refeitório.

9.6. Ressalta-se que o parcelamento não acarreta prejuízo à economia de escala, tendo em vista que os equipamentos e utensílios pertencem a categorias distintas de fornecimento, usualmente comercializadas de forma independente no mercado.

9.7. Portanto, a estruturação do certame observa o princípio do parcelamento como regra, promovendo ampla competitividade e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

9.8 Da Padronização

9.8.1. Em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que a presente contratação atende ao princípio da padronização, visando assegurar compatibilidade técnica, eficiência operacional, simplificação administrativa e otimização da gestão patrimonial dos bens a serem adquiridos.

9.8.2. A padronização adotada considerou a necessidade de uniformizar os equipamentos industriais, utensílios e mobiliários técnicos destinados ao refeitório institucional, compatibilizando-os com a infraestrutura física instalada, rede elétrica existente, layout da cozinha industrial e fluxos operacionais de preparo e distribuição de refeições.

9.8.3. Buscou-se evitar diversidade excessiva de modelos, capacidades ou materiais que pudesse comprometer a rotina operacional, dificultar a manutenção preventiva e corretiva, gerar necessidade de treinamentos distintos para os usuários ou ocasionar complexidade no controle patrimonial e na gestão de estoque de peças e insumos.

9.8.4. O estudo técnico realizado e as especificações definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência foram estruturados com base em padrões usuais de mercado para cozinhas institucionais de médio porte, priorizando desempenho, durabilidade, segurança sanitária e eficiência energética, sem direcionamento a marcas ou fabricantes específicos.

9.8.5. A padronização contribui para:

- I – maior eficiência na operação do refeitório;
- II – facilitação da manutenção dos equipamentos;
- III – racionalização de custos operacionais;
- IV – simplificação do controle patrimonial;
- V – garantia de continuidade na prestação do serviço de alimentação escolar.

9.8.6. Dessa forma, a adoção de critérios de padronização mostra-se técnica e administrativamente adequada, assegurando a integração harmoniosa dos bens adquiridos ao ambiente institucional e promovendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há informações sobre contratações correlatas, para esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao **Item 9 – Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas** do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 do Instituto Federal do Pará, o qual prevê ações voltadas ao fortalecimento e à estruturação dos espaços físicos destinados ao suporte das atividades acadêmicas e de permanência estudantil.

11.2. A implantação e aparelhamento do refeitório institucional insere-se no contexto de melhoria da infraestrutura de apoio aos estudantes, constituindo medida estratégica para garantir condições adequadas de permanência, segurança alimentar e bem-estar no ambiente acadêmico.

11.3. Além disso, a contratação mantém conformidade com o Plano Anual de Contratações (PAC), no qual a demanda foi devidamente registrada, assegurando aderência ao planejamento prévio da Administração.

11.4. Observa-se, ainda, compatibilidade com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Instituto Federal do Pará, considerando que as especificações técnicas priorizam durabilidade, eficiência energética e racionalização de recursos, promovendo práticas sustentáveis na gestão pública.

11.5. Dessa forma, a contratação demonstra integração entre os instrumentos de planejamento e gestão institucional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes de governança pública aplicáveis à Administração Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Essencialidade, Interesse Público e Benefícios a Serem Alcançados

12.1. A presente contratação visa à aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha e materiais permanentes destinados à implantação e ao pleno funcionamento do refeitório do IFPA – Campus Conceição do Araguaia.

12.2. Os benefícios a serem alcançados incluem o fortalecimento da infraestrutura institucional de apoio à permanência estudantil, a garantia de oferta regular de alimentação escolar, a melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional dos estudantes e o aprimoramento das condições operacionais da unidade.

12.3. A estruturação adequada do refeitório permitirá maior eficiência na produção, armazenamento e distribuição de refeições, assegurando conformidade com normas sanitárias, redução de riscos operacionais e melhor organização do ambiente de trabalho.

12.4. A medida contribuirá diretamente para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao garantir acesso a alimentação adequada no ambiente institucional, reduzindo fatores que impactam negativamente o desempenho escolar e a evasão.

12.5. A aquisição dos equipamentos e utensílios fundamenta-se na essencialidade do objeto para o desempenho das atividades finalísticas da instituição, uma vez que o refeitório constitui espaço estratégico de apoio às atividades acadêmicas, integrando as ações de assistência estudantil previstas no planejamento institucional.

12.6. A solução proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a prestação regular de serviços essenciais à comunidade acadêmica.

12.7. Dessa forma, a presente contratação representa medida estratégica para consolidar a infraestrutura física do campus, garantir melhores condições de funcionamento do refeitório institucional e fortalecer as políticas de assistência estudantil, promovendo impactos positivos diretos na qualidade do ensino ofertado.

13. Providências a serem Adotadas

Todas as providências a serem adotadas nos processos licitatórios do IFPA Campus Conceição do Araguaia, já estão mapeadas e descritas nos documentos norteadores do órgão, sua previsão consta dos modelos de processo licitatório, e a adoção consolidada pela equipe, de forma que não se aplica o preenchimento deste campo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, em conformidade com os princípios previstos nos arts. 5º e 11, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021, que determinam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

14.2. Considerando que o objeto consiste na aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha e materiais permanentes destinados ao refeitório institucional, foram adotadas especificações técnicas que buscam:

I – priorizar equipamentos com maior eficiência energética, compatíveis com programas de etiquetagem do INMETRO, quando aplicável;

II – exigir que equipamentos elétricos atendam às normas técnicas brasileiras de segurança e consumo eficiente de energia;

III – prever materiais duráveis, recicláveis ou de maior vida útil (como aço inoxidável), reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

IV – assegurar que os produtos não contenham substâncias proibidas ou que causem danos ambientais, em conformidade com a legislação vigente.

14.3. No que se refere aos equipamentos de refrigeração (freezers e refrigeradores comerciais), as especificações deverão observar as normas ambientais relativas ao controle de substâncias que afetam a camada de ozônio e gases de efeito estufa, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais regulamentações aplicáveis.

14.4. A aquisição também considera diretrizes constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), no que se refere à inserção de critérios de eficiência energética, durabilidade, redução de resíduos e racionalização do consumo de recursos naturais.

14.5. A adoção de equipamentos com maior eficiência energética e vida útil prolongada contribui para a redução do consumo de energia elétrica e da geração de resíduos sólidos, promovendo economicidade a médio e longo prazo e menor impacto ambiental decorrente da atividade institucional.

14.6 Justificativa às Exigências de Práticas e/ou Critérios de Sustentabilidade

14.6.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 5º e 11, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021, as exigências de práticas e critérios de sustentabilidade inseridas na presente contratação visam assegurar que a aquisição dos equipamentos industriais, utensílios e materiais permanentes observe, além da eficiência administrativa, a proteção ao meio ambiente e o uso racional de recursos públicos.

14.6.2. Considerando que os equipamentos de cozinha industrial possuem consumo contínuo de energia elétrica e impactam diretamente o uso de recursos naturais, foram previstas especificações que priorizam eficiência energética, maior durabilidade e materiais de fácil higienização e manutenção, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos.

14.6.3. A adoção de bens com maior vida útil e menor consumo energético contribui para a redução de custos operacionais ao longo do tempo, promovendo economicidade e sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere ao consumo de energia elétrica e à gestão de resíduos sólidos.

14.6.4. As exigências sustentáveis estabelecidas mostram-se proporcionais e compatíveis com o objeto da contratação, não restringindo a competitividade do certame, mas orientando o mercado fornecedor a apresentar soluções alinhadas às boas práticas ambientais e às diretrizes institucionais previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS).

14.6.5. Assim, a inclusão de critérios de sustentabilidade revela-se medida necessária e adequada ao interesse público, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável e assegurando que a atuação administrativa esteja em consonância com os princípios legais aplicáveis às contratações públicas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto da presente licitação caracteriza-se como **bem comum**, nos termos da legislação vigente, uma vez que consiste na aquisição de equipamentos industriais, utensílios de cozinha e materiais permanentes destinados ao refeitório institucional, cujas especificações técnicas são usuais de mercado, objetivamente definidas e amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

As características dos itens foram descritas com base em padrões técnicos correntes, sem exigências incomuns ou complexas que demandem solução personalizada, permitindo julgamento objetivo das propostas e ampla competitividade no certame.

Ademais, a contratação encontra fundamento na essencialidade do objeto para o pleno funcionamento do refeitório do campus, configurando medida indispensável ao suporte das políticas de assistência estudantil e à garantia de condições adequadas de permanência dos alunos.

A aquisição atende, portanto, ao interesse público, na medida em que viabiliza a oferta regular de alimentação escolar, contribuindo para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, em conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015.

Dessa forma, resta evidenciado que o objeto licitado possui natureza comum, atende a finalidade pública institucional e está devidamente alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações administrativas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ASSINADO DIGITALMENTE VIA SIPAC

BRENDA FRANKLIN SEABRA

Presidente da Equipe de Planejamento

Despacho: Assinado digitalmente via sipac

FAUSTO JOSE DE OLIVEIRA COSTA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Assinado Digitalmente via sipac

DILCILENO SANTOS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Emitido em 10/03/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP Nº 1/2026 - CDA/SAQ (11.13.13.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/03/2026 14:41)

DILCILENO SANTOS FERREIRA

CHEFE DE DEPARTAMENTO

2135711

(Assinado digitalmente em 10/03/2026 16:33)

BRENDA FRANKLIN SEABRA

NUTRICIONISTA-HABILITACAO

1290505

(Assinado digitalmente em 10/03/2026 16:34)

FAUSTO JOSE DE OLIVEIRA COSTA

PEDAGOGO-AREA

1146251

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifpa.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP**, data de emissão: **10/03/2026** e o código de verificação: **208fc48d70**

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ-CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

(Processo Administrativo nº 23051.001825/2026-39)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A *União*, por intermédio do(a) **INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**, com sede no(a) *Avenida Couto Magalhães, 1649*, na cidade de *Conceição do Araguaia-PA*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *10.763.998/0011-01*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *Aquisição de de equipamentos, utensílios de cozinha e material permanente para atendimento do refeitório do IFPA -*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação*
- 1.3.3. *A Proposta do CONTRATADO;*
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do(a) assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 .

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

OU

2.2. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2.1. ~~A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

2.3. ~~O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

2.4. ~~A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

2.5. ~~O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

2.6. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

OU

5.2. ~~O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. ~~O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.~~

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. ~~Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;~~
- 9.16. ~~Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;~~
- 9.17. ~~Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;~~
- 9.18. ~~Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- 9.19. ~~Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~
- 9.20. ~~Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- 9.21. ~~Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- 9.22. ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- 9.23. ~~Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- 9.24. ~~Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~
- 9.25. ~~Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. ~~Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;~~

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. ~~*Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*~~

OU

- 11.2. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

~~13.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~13.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~13.6. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMAQUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. ~~A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMASÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Emitido em 29/04/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 5/2026 - CDA/SAQ (11.13.13.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/04/2026 14:01)

ORLANDO D ANTONA ALBUQUERQUE

DIRETOR

2278427

(Assinado digitalmente em 29/04/2026 14:05)

EVERALDO AFONSO FERNANDES

DIRETOR

2315156

(Assinado digitalmente em 29/04/2026 14:21)

BRENDA FRANKLIN SEABRA

NUTRICIONISTA-HABILITACAO

1290505

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifpa.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2026**, tipo: **EDITAL DE LICITAÇÃO**, data de emissão: **29/04/2026** e o código de verificação: **20875d26d5**